



§ 5º A documentação necessária à instrução do processo de financiamento será estabelecida pelo agente financeiro.

Art. 15. As condições básicas de operação estão estabelecidas no Anexo II desta Portaria.

CAPÍTULO VIII

DAS REMUNERAÇÃO DO AGENTE FINANCEIRO

Art. 16. O agente financeiro, a título de del credere, fará jus à remuneração equivalente à taxa de juros prefixada estabelecida para as operações de financiamento para cobertura dos seus custos administrativos e tributários.

Parágrafo único. O agente financeiro poderá, também, cobrar do tomador final taxa para análise, aprovação e acompanhamento do projeto.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. As normas gerais e os critérios de aplicação dos recursos de que trata esta Portaria serão revistos, sempre que necessário, visando ao aprimoramento das condições operacionais de crédito de modo a garantir recursos compatíveis com os pleitos de investimentos turísticos, a fim de adequá-los às demandas por crédito público e às condições socioeconômicas existentes.

Art. 18. Os beneficiários ficam obrigados a afixar nos empreendimentos placa alusiva ao apoio concedido pelo MTur, por meio do FUNGETUR, nos termos da legislação vigente.

Art. 19. Os casos omissos ou as dúvidas oriundas da aplicação das normas gerais, critérios de aplicação e condições básicas de operacionalização dos recursos do FUNGETUR serão dirimidos pelos gestores do Fundo.

ANEXO II

DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES BÁSICAS DE OPERAÇÃO DO FUNGETUR

OBJETIVO: Financiamento de investimentos em capital fixo.

1. Investimentos financiáveis: Obras civis para implantação, ampliação, modernização e reforma.

a) Público-alvo: pessoas jurídicas de direito privado, preferencialmente, micro, pequenas e médias empresas, legalmente constituídas e estabelecidas no setor turístico.

b) Valor financiável: até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

c) Participação no financiamento: até 80% (oitenta por cento) do valor do investimento.

d) Encargos financeiros: de até 6% a.a. + INPC.

e) Atualização do principal: o saldo devedor será atualizado pela variação anual do INPC.

f) Prazos: serão determinados em função do cronograma físico-financeiro do projeto e da capacidade de pagamento do empreendedor, podendo ser:

f.1) Amortização: até 240 meses; e

f.2) Carência: até 60 meses.

g) Sistema de Amortização Constante - SAC.

OBJETIVO: Financiamento de máquinas e equipamentos.

2. Investimentos financiáveis: Máquinas e equipamentos destinados a empreendimentos turísticos.

a) Público-alvo: pessoas jurídicas de direito privado, preferencialmente, micro, pequenas e médias empresas, legalmente constituídas e estabelecidas no setor turístico.

b) Valor financiável: até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões).

c) Participação no financiamento: até 100% (cem por cento) do valor do investimento.

d) Encargos financeiros: de até 5% a.a. + INPC.

e) Atualização do principal: o saldo devedor será atualizado pela variação anual do INPC.

f) Prazos: serão determinados em função do cronograma físico-financeiro do projeto e da capacidade de pagamento do empreendedor, podendo ser:

f.1) Amortização: até 60 meses; e

f.2) Carência: até 12 meses.

g) Sistema de Amortização Constante - SAC.

PORTARIA Nº 76, DE 20 DE MAIO DE 2015

Estabelece regras e critérios de execução e monitoramento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC TURISMO, no âmbito do Ministério do Turismo - MTur.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 5º, inciso XIX, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas, na forma desta Portaria, as regras e os critérios para a execução e monitoramento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC TURISMO, no âmbito do Ministério do Turismo - MTur, que visa ao aperfeiçoamento e a qualificação profissional para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados aos turistas.

Parágrafo único. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC é um programa federal executado pelo Ministério da Educação - MEC, no qual o Ministério do Turismo constitui demandante de vagas para as 4 (quatro) linhas de ação do Programa: PRONATEC Turismo:

I. PRONATEC Turismo Cidadão;

II. PRONATEC Turismo na Empresa;

III. PRONATEC Turismo Social; e

IV. PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local;

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A qualificação e aperfeiçoamento profissional, mediante o PRONATEC Turismo, serão realizados de acordo com as normas que regulamentam o PRONATEC sendo que, no âmbito do Ministério do Turismo, adicionalmente, deverão ser observados os critérios estabelecidos nesta Portaria para cada uma das linhas de ação.

§ 1º O PRONATEC TURISMO está sendo implementado de forma progressiva, com vistas à melhoria contínua dos serviços prestados ao turista, cujos municípios contemplados encontram-se no Anexo I desta Portaria, ressalvado o PRONATEC Turismo Social que se destina aos municípios atendidos pelo Programa ViraVida. A inclusão de novos municípios será efetuada de acordo com os critérios preestabelecidos pelo setor competente.

§ 2º Os cursos do Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC para o PRONATEC TURISMO serão ofertados pelo SENAC, SENAI, SEST/SENAT, SENAR e Rede Federal e Estadual de Educação.

§ 3º É vedada a participação no âmbito do PRONATEC TURISMO de menores de 18 (dezoito) anos, exceto no PRONATEC Turismo Social, e de servidores públicos, com a ressalva dos profissionais de segurança pública no PRONATEC Turismo na Empresa.

§ 4º A carga horária mínima dos cursos FIC é de 160 (cento e sessenta) horas de aulas presenciais, a qual é ajustada em decorrência do tipo de curso, conforme o Guia Pronatec de Cursos FIC, que pode ser ampliada pelas Instituições ofertantes face às características do público a ser qualificado, considerando as diferenças regionais.

§ 5º As ementas dos cursos, carga horária, escolaridade mínima estão expressas no Guia Pronatec de Cursos FIC, que poderá ser acessado no site www.pronatec.turismo.gov.br e www.pronatec.mec.gov.br.

§ 6º Para execução do PRONATEC TURISMO o MTur poderá contar com o apoio de outras instituições desde que o público a ser beneficiado se encontre contemplado nesta Portaria e as respectivas obrigações estabelecidas, mediante celebração de Acordo de Cooperação Técnica.

Seção I

Das Linhas de Ação

Art. 3º O PRONATEC Turismo Cidadão visa atender à necessidade do setor de turismo por novos profissionais nas cidades contempladas pelo Programa.

§ 1º Podem ser parceiros demandantes adjuntos os órgãos municipais de turismo das cidades contempladas, os quais devem observar os termos do Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o Ministério do Turismo e o Manual de Instruções do PRONATEC Turismo Cidadão, constante no hotsite do Programa www.pronatec.turismo.gov.br.

§ 2º Podem ser ofertados os cursos constantes do Guia Pronatec de Cursos FIC do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer, com exceção dos idiomas, constantes do Anexo II e nos termos do art. 9º desta Portaria, desde que identificada a demanda de profissionais no município.

§ 3º O Programa, para sua funcionalidade, depende da adesão dos órgãos municipais de turismo, da identificação da demanda e da pactuação/oferta de vagas.

Art. 4º O PRONATEC Turismo na Empresa oferece cursos de aperfeiçoamento profissional e idiomas, ministrados preferencialmente no local de trabalho, aos profissionais que trabalham no setor, bem assim, cursos de idiomas aos profissionais de segurança pública que atuam em contato com turistas nas cidades contempladas pelo PRONATEC Turismo.

§ 1º Podem ser parceiros demandantes adjuntos os órgãos de turismo dos estados, distrito federal e dos municípios contemplados no PRONATEC TURISMO, os quais devem observar os termos do Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o Ministério do Turismo e o Manual de Instruções do PRONATEC Turismo na Empresa, constante no hotsite do Programa www.pronatec.turismo.gov.br.

§ 2º Podem ser ofertados cursos constantes do Guia Pronatec de Cursos FIC do eixo turismo, hospitalidade e lazer e de outros eixos, que contribuem para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos turistas, constantes do Anexo III desta Portaria, desde que identificada a demanda, nos termos do art. 10 deste instrumento.

Art. 5º O PRONATEC Turismo Social oferece oportunidade de qualificação profissional aos jovens egressos do Programa ViraVida que sofreram vulnerabilidade social e seus familiares, objetivando a sua inserção no mercado de trabalho do setor de turismo.

§ 1º Podem ser parceiros à sua implementação o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio das assistências sociais localizadas nos municípios contemplados, e o Conselho Nacional do Sesi, bem assim as secretarias municipais de turismo, os quais devem observar os termos do Acordo de Cooperação celebrado com o Ministério do Turismo e o Manual de Instruções do PRONATEC Turismo Social, constante no hotsite do Programa www.pronatec.turismo.gov.br.

§ 2º Podem ser parceiros demandantes adjuntos à rede do Sesi, as cidades constantes do Anexo IV desta Portaria.

§ 3º Podem ser ofertados cursos constantes do Guia do Pronatec de Cursos FIC do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer e, dos eixos de Gestão e Negócios, os quais constam do Anexo V desta Portaria, desde que identificada a demanda pelo CN/SESI, conforme consta do art. 12 desta Portaria.

§ 4º Os egressos do Programa ViraVida, bem assim seus familiares, podem ser contemplados no PRONATEC Turismo Social em cursos dos eixos Turismo, Hospitalidade e Lazer, com ênfase em Idiomas, Gestão e Negócios.

§ 5º Caberá ao CN/SESI estimular seus departamentos regionais a promover aos alunos dos cursos de idiomas a oportunidade de dar seguimento a outras formações no eixo do Turismo, Hospitalidade e Lazer, notadamente no período de inserção socioproductiva, posterior ao processo socioeducativo.

§ 6º Poderão receber qualificação em qualquer dos 33 (trinta e três) cursos (Anexo V) os egressos e seus familiares do Programa ViraVida, desde que celebrada parceria entre o CN/SESI e o(s) estabelecimento(s) do setor de turismo, onde, entre outras obrigações, conste a obrigatoriedade de contratação dos concluintes pelo empreendedor.

§ 7º O Programa depende, para sua funcionalidade, da adesão dos órgãos municipais de turismo, da identificação da demanda pelo CN/SESI e da pactuação/oferta de vagas.

Art. 6º O PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local, tem por objetivo promover a qualificação e o aperfeiçoamento de pessoas que exercem atividades produtivas associadas direta e indiretamente ao turismo, de forma a ampliar a qualidade dos serviços prestados aos turistas.

§ 1º Podem ser parceiros demandantes adjuntos os órgãos de turismo municipais, estaduais e do distrito federal, de acordo com as cidades constantes do Anexo I, os quais devem observar os termos do Acordo de Cooperação celebrado com o Ministério do Turismo e o Manual de Instruções do PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local, constante no hotsite do Programa www.pronatec.turismo.gov.br.

§ 2º Podem ser ofertados os cursos do Guia Pronatec de Cursos FIC, dos eixos tecnológicos de controle de processos industriais, gestão e negócios, infraestrutura, produção alimentícia, produção artística, cultural e design, produção industrial, recursos naturais, constantes do Anexo VI, e nos termos do art. 11, desta Portaria, desde que identificada a demanda por aperfeiçoamento e qualificação profissional para o desempenho da atividade direta ou indiretamente ligada à produção associada ao turismo no município.

§ 3º O Programa para sua funcionalidade, depende da adesão dos órgãos de turismo dos municípios, das secretarias de estado de turismo e do Distrito Federal, da identificação da demanda e da pactuação/oferta de vagas.

Capítulo II

DOS PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DO PRONATEC TURISMO

Seção I

Da identificação da demanda, pactuação e repactuação

Art. 7º A pactuação e repactuação de vagas é o processo pelo qual os demandantes e aos parceiros ofertantes do PRONATEC buscam adequar a oferta à demanda.

Parágrafo único. O Ministério do Turismo atuará junto ao Ministério da Educação e à rede de ofertantes de maneira a garantir que a pactuação e repactuação de vagas estejam em consonância com a demanda identificada pelos parceiros demandantes adjuntos.

Art. 8º Previamente à pactuação semestral de vagas e as subsequentes repactuações, devem ser realizadas pelos parceiros demandantes adjuntos a identificação da demanda.

Art. 9º No PRONATEC Turismo Cidadão, os demandantes adjuntos devem realizar levantamento de demanda por novos profissionais no setor de turismo junto aos empresários, associações, sindicatos, entre outros, de maneira a identificar os cursos e o quantitativo de vagas semestrais a serem pactuadas e ofertadas para o respectivo município, realizar contato prévio com ofertantes para pré-negociar a demanda a ser atendida e verificar a necessidade de ajustes previamente às repactuações.

Art. 10. No PRONATEC Turismo na Empresa, os demandantes adjuntos devem realizar com suporte dos ofertantes e dos órgãos municipais de turismo, levantamento de demanda junto aos empresários e aos representantes dos profissionais de segurança pública do Estado, do Distrito Federal e dos municípios, de maneira a identificar os cursos e o quantitativo de vagas a serem pactuadas e ofertadas para os municípios contemplados no Estado e no Distrito Federal. Os demandantes adjuntos deverão realizar uma pré-negociação com os ofertantes para o alinhamento da necessidade e atendimento da demanda identificada a ser atendida.

Parágrafo Único: Os demandantes adjuntos do PRONATEC Turismo na Empresa devem inserir no Sistema de Validação de Cursos e Acompanhamento do Programa - SIPROTUR informações das empresas/estabelecimentos/associações, públicos, cursos identificados no levantamento de demanda e os códigos de ofertas de cursos.

Art. 11. No PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local, os demandantes adjuntos devem realizar levantamento de demanda junto às pessoas que exercem atividades produtivas associadas ao turismo, de maneira a identificar os cursos e o quantitativo de vagas a serem pactuadas e ofertadas para o município, articular previamente junto aos ofertantes a demanda a ser atendida na pactuação e verificar a necessidade de ajustes às repactuações.

Art. 12. No PRONATEC Turismo Social, o demandante adjunto deve realizar levantamento de demanda para o semestre, de maneira a identificar os cursos e o quantitativo de vagas para os municípios contemplados, articular previamente junto aos ofertantes a demanda a ser atendida na pactuação e verificar a necessidade de ajustes às repactuações no âmbito do Programa ViraVida.

Art. 13. O Ministério do Turismo, após o recebimento da demanda das linhas de ações do PRONATEC TURISMO, encaminhadas pelos demandantes adjuntos, analisará, priorizará e consolidará as informações em documento único denominado "Mapa de Demanda Específico" e procederá a inserção no SISTEC para a homologação do MEC e conhecimento das ofertantes.